PROCESSO CEE Nº 4011/90

INTERESSADA: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JAHU - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL "DR. RAUL BAUAB" JAHU.

ASSUNTO: SOLICITA ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DE SUA SITUAÇÃO JURÍDICA.

RELATOR: CONSELHEIRO BENEDITO OLEGÁRIO RESENDE NOGUEIRA DE SÁ.

PARECER CEE Nº 1690 /91 - CLN - APROVADO EM 27/11/1991

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL "DR. RAUL BAUAB" EM JAHÚ, PELO SEU PRESIDENTE, ENCAMINHOU AO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FARTA DOCUMENTAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS DE SUA SITUAÇÃO JURÍDICA.

2. APRECIÇÃO

I - A NATUREZA JURÍDICA DAS FURACÕES PÚBLICAS.

ASSUNTO DOS MAIS CONTROVERSOS É O DA NATUREZA JURÍDICA DAS DENOMINADAS "FUNDAÇÕES PÚBLICAS".

IMPORTA ASSINALAR QUE O PANORAMA ATUAL DEMONSTRA CLARAMENTE A INSEGURIDADE DA LEGISLAÇÃO EM DEFINIR O REGIME JURÍDICO DE TAIS ENTIDADES, AGRAVADO PELO DESCASO À LINGUAGEM TÉCNICA DO DIREITO, UTILIZADA NO CASO.

ESSA INCERTEZA REVELA-SE NAS POSIÇÕES EXTREMAS ADOTADAS PELOS MAIS FESTEJADOS JUSADMINISTRATIVISTAS PÁTRIOS:

A) DE UM LADO, HÁ OS QUE CONSIDERAM ESSAS FUNDAÇÕES PESSOAS DE DIREITO PÚBLICO (VIDE C.A. BANDEIRA DE MELLO, NATUREZA E REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS; J. CRETELLA JÚNIOR, CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO).

B) DE OUTRO, OS QUE ENFATIZAM A CARACTERÍSTICA PRIVADA (VIDE MANOEL DE OLIVEIRA SOBRINHO, FUNDAÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS; LUIZ FERNANDO COELHO, FUNDAÇÕES PÚBLICAS).

SEM EMBARGO DESSAS DISTINTAS TENDÊNCIAS, AINDA, REGISTRA-SE, NA DOCTRINA, POSIÇÕES INTERMEDIÁRIAS HESITANDO AQUELAS QUE SITUAM TAIS FUNDAÇÕES ENTRE ENTIDADES PARA ESTATAIS (HELY LOPES MEIRELLES),

A) DEFINEM COMO PESSOAS ADMINISTRATIVAS (HOMERO SENNA) - (VIDE: ENSINO SUPERIOR, FUNDAÇÃO - AUTARQUIA ESPECIAL - CAIO TÁCITO, R.D.A. V. N- 144: 202).

II - A NATUREZA JURÍDICA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL "DR. RAUL BAUAB".

CONSTATA-SE DO EXPOSTO, INDEPENDENTEMENTE DO

DESENCONTRO ENTRE ESSAS VÁRIAS EXPLICAÇÕES, QUE NAO SE EXTRAI DA DOCTRINA JURÍDICA A DEFINIÇÃO ENTENDIDA PELA INTERESSADA .

COM EFEITO, RESSALTE-SE QUE O ESFORÇO PARA IDENTIFICAR A NATUREZA DAS FUNDAÇÕES E SEU REGIME JURÍDICO ATRAVÉS DA DOCTRINA, SEM DÚVIDA, NAO LOGRARÁ O INTENTO PRETENDIDO.

VALE DIZER, PORTANTO, QUE, PARA POSSIBILITAR O ESCLARECIMENTO DO QUESTIONADO, O MESMO HÁ DE SER COMPREENDIDO DE CONFORMIDADE COM A DISCIPLINA QUE O DIREITO POSITIVO IMPÕE.

SEM DÚVIDA, O ARTIGO 1º DOS ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO CARACTERIZA COMO ENTIDADE JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.

III - DA VINCULAÇÃO AO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CABE REITERAR QUE, PARA POSSIBILITAR O DEBATE DO QUESTIONADO, HÁ DE SER COMPREENDIDO DE CONFORMIDADE, AINDA, COMA DISCIPLINA QUE OS DISPOSITIVOS LEGAIS IMPÕEM.

ASSIM, CONSIDERAMOS O ARTIGO 9º, DA LEI FEDERAL Nº 4.024, DE 20.12.61, QUE FIXA AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL:

"ARTIGO 9º - AO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS POR LEI, COMPETE:

A) DECIDIR SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS E PARTICULARES;"

É DE VER-SE, AÍ, QUE O COMANDO LEGAL EM CAUSA NÃO SE REFERE AOS ESTABELECIMENTOS MANTIDOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

LOGO EM SEGUIDA, CREMOS, ALERTADO DESSA LACUNA, O C.F.E., ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO DE 04.4.63, QUE FIXA NORMAS PARA AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE ESCOLAS SUPERIORES, ESTABELECEU, NA PARTE ÚTIL:

ARTIGO 2º

§ 1º - A AUTORIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR CABE AOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, NA FORMA DA LEI ESTADUAL RESPECTIVA.

§ 3º - PARA OS EFEITOS DESTA RESOLUÇÃO, OS ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE ENSINO EQUIPARAM-SE AOS ESTADUAIS."

POSTERIORMENTE, COM O ADVENTO DA LEI FEDERAL Nº 5.540, DE 28.11.68, ESTATUIU-SE QUE:

"ARTIGO 47 - A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E RECONHECIMENTO DE UNIVERSIDADE OU ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR SERÁ TORNADA EFETIVA, EM QUALQUER CASO, POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, APÓS PRÉVIO PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO COMPETENTE."

ESSE ARTIGO FOI REGULAMENTADO PELO DECRETO-LEI FEDERAL Nº 464, DE 11.02.69, AO DISPOR:

"ARTIGO 17 - A FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR MANTIDOS PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS CABERÁ AOS SISTEMAS ESTADUAIS DE ENSINO."

A PROPÓSITO, ESSA EVOLUÇÃO FOI BEM APREENDIDA PELO LEGISLADOR ESTADUAL E ALBERGADA NO SISTEMA LOCAL PELA LEI Nº 10.403, DE 06.7.71, QUE ORGANIZA O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, AO DISPOR:

"ARTIGO 2º - ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS POR LEI, COMPETE AO CONSELHO!

XI - AUTORIZAR A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR ESTADUAIS E MUNICIPAIS, OU MANTIDOS POR FUNDAÇÕES OU ASSOCIAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO ESTADUAL OU MUNICIPAL, ASSIM COMO DE SEUS NOVOS CURSOS; APROVAR-LHES OS REGIMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES; E RECONHECÊ-LOS;

XII - FISCALIZAR, INCLUSIVE ATRAVÉS DA APRECIÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAIS, OS ESTABELECIMENTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR DE QUE TRATA O INCISO XI,..."

3. CONCLUSÃO

INDEPENDENTEMENTE DA NATUREZA OU DO REGIME JURÍDICO DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA, OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIORES MUNICIPAIS OU MANTIDOS POR FUNDAÇÕES OU ASSOCIAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ESTÃO VINCULADAS AO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

SÃO PAULO, 05 DE NOVEMBRO DE 1.991

A) CONSº BENEDITO OLEGÁRIO RESENDE NOGUEIRA DE SÁ.
RELATOR.

4. DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS ADOTA COMO SEU PARECER, O VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR.

PRESENTES OS CONSELHEIROS: APPARECIDO LEME COLACINO, BENEDITO OLEGÁRIO RESENDE NOGUEIRA DE SÁ, MARIA CLARA PAES TOBO E MÁRIO NEY RIBEIRO DAHER.

SALA DAS COMISSÕES, EM 06 NOVEMBRO DE 1991

A)CONSº BENEDITO OLEGÁRIO RESENDE NOGUEIRA DE SÁ.
PRESIDENTE DA CLN

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Os Conselheiros Francisco Aparecido Cordão e Roberto Moreira abstiveram-se de votar.

Sala "Carlos Pasquale" em 27 de novembro de 1991

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente